CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

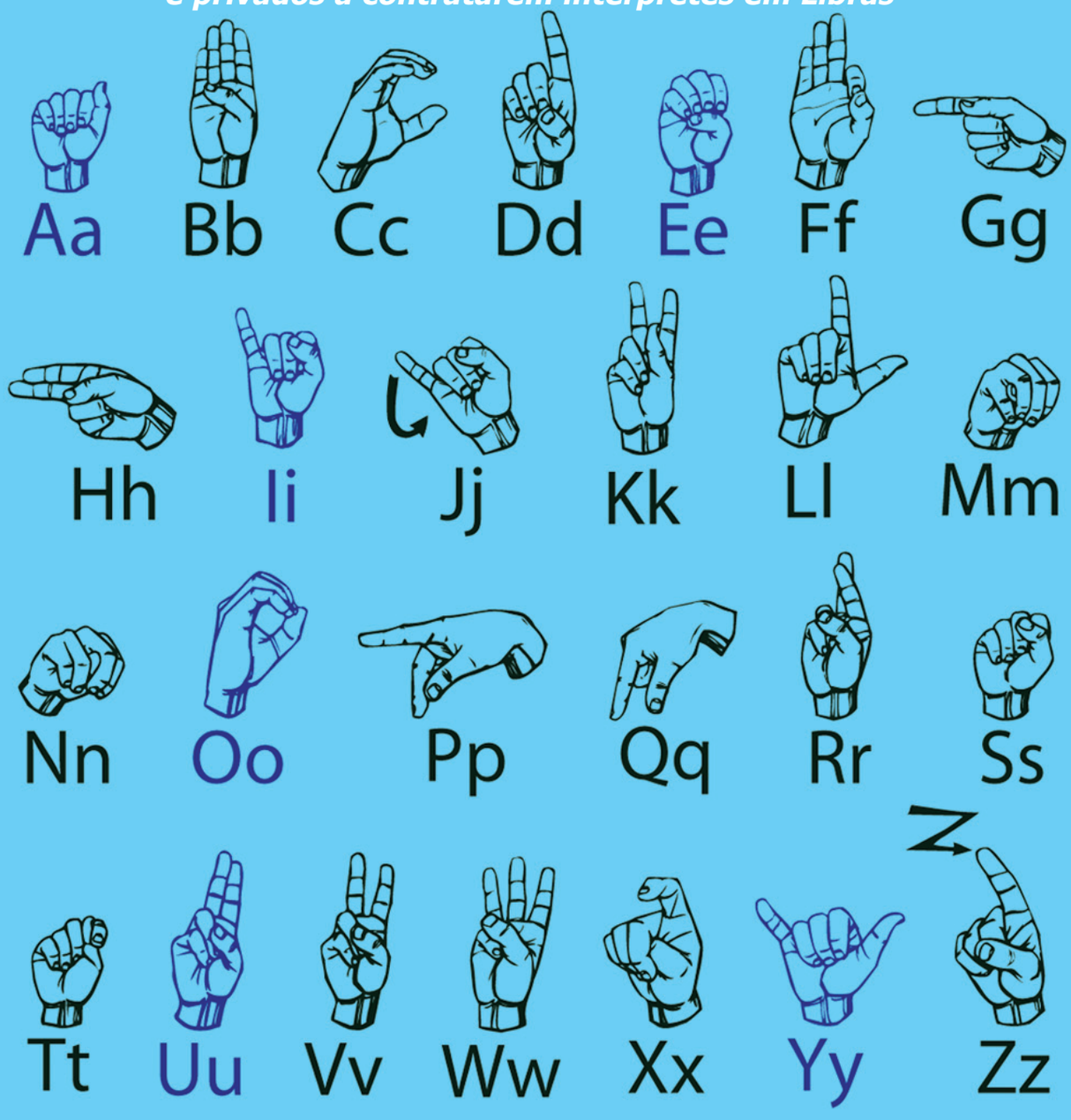
Ano VII - Nº 3.708

Sexta-feira a Segunda-feira, 22, 23, 24 e 25 de Julho de 2011

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Reconhecimento da cidadania dos deficientes auditivos

Projeto de lei obriga estabelecimentos públicos e privados a contratarem intérpretes em Libras



A proposta é de autoria da vereadora Aladilce Souza (PCdoB), enfatizando que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi instituída como instrumento legal de comunicação e expressão pela Lei Federal nº 10.436 em 2002.

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Pedro Godinho
pedrogodinho@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Paulo Magalhães Jr.
pmjunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Moisés Rocha
moisesrocha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Alcindo da Anunciação
alcindoanunciacao@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Olívia Santana
oliviasantana@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40010-020
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Gilmar destaca papel da Câmara para fim da greve dos servidores

Vereadores ajudaram nas negociações com o Poder Executivo

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Gilmar Santiago

Foto: Marivaldo Filho



Trabalhadores da prefeitura ocupando o plenário

O vereador Gilmar Santiago (PT) parabenizou os servidores municipais pela "demonstração de maturidade política" para a obtenção do acordo com a prefeitura que pôs fim a greve. Os trabalhadores receberão reajuste salarial de 6% (acima da inflação), além do compromisso do Poder Executivo de implantar o Plano de Cargos e Salários - motivo da greve - em maio de 2012.

"A atuação do vereador Téo Senna (PTC), líder da bancada da situação na Câmara, foi fundamental", comentou Santiago, que ainda destacou o acolhimento que a Casa Legislativa deu aos grevistas, "que ficaram sem interlocução com o Poder Executivo e mobilizou-se na busca da solução negociada", comentou.



Vereador Téo Senna

A greve estendia-se há duas semanas. Os trabalhadores fizeram várias manifestações públicas. Na manhã da segunda-feira (18), ocuparam o plenário da Câmara Municipal. Na noite de quarta-feira (20), ocorreu uma reunião que fechou o acordo, com a presença de vereadores da oposição, do líder do governo, dos sindicalistas e do secretário da Casa Civil, João Leão.

Programa Municipal Antidrogas

Meta de David Rios é a conscientização de jovens e adolescentes

Conscientizar os estudantes de Salvador sobre os prejuízos causados pelo uso de entorpecentes. Este é o principal objetivo do Programa Permanente de Educação Antidrogas proposto pelo vereador David Rios (PTB) e já com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Salvador. A implantação do programa tem como meta, também, combater a violência e enfraquecer o tráfico de drogas na capital.

David Rios, que é médico e conhece os malefícios à saúde física e mental causados pelos entorpecentes, argumenta: "Os danos provocados por essas substâncias não atingem apenas os usuários, dentre eles muitos jovens e suas famílias, mas também toda a sociedade com o aumento da violência perpetrada pelo tráfico de drogas".

Campanhas

O vereador defende, ainda, a criação de um Centro para a realização de campanhas educativas, com palestras e outras atividades com a participação de especialistas na área, voltadas principalmente para os jovens, por ser a faixa etária mais vulnerável aos vícios. "Temos que conscientizar os pais e jovens sobre os prejuízos que o uso de drogas acarreta e informar sobre os riscos do consumo precoce do álcool", afirma David Rios.



Vereador David Rios: "As drogas prejudicam a saúde física e mental"

De acordo com a proposição do vereador, o Executivo deverá envolver na execução e coordenação do Programa as secretarias de Justiça e Direitos Humanos, Cultura, Educação e Saúde.

DOLM 25.07.11:Camara_Template 21/7/2011 18:16 Página 3

Atendimento em Libras para deficientes auditivos

Projeto de lei obriga estabelecimentos públicos e privados a contratarem intérpretes

Estabelecimentos públicos e privados de Salvador deverão dispor de pessoal especializado na Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento ao público portador de deficiência auditiva. É isso o que determina o Projeto de Lei nº 241/11, de autoria da vereadora Aladilce Souza (PCdoB), em trâmite na Câmara Municipal de Salvador.

A vereadora explica que o projeto tem como objetivo o reconhecimento da cidadania dos deficientes auditivos. "O pleno exercício de seus direitos tem sido impedido. Essas pessoas ficam subordinadas à assistência de terceiros que possam lhe transmitir o que tenha sido falado", afirma Aladilce.

Ela lembra que a Língua Brasileira de Sinais foi instituída como instrumento legal de comunicação e expressão pela Lei Federal nº 10.436/2002. "A legislação, ao reconhecer o sistema de Libras, sugere a presença de intérpretes nos espaços formais e nas instituições, reforçando a importância da mediação desses profissionais para garantir, de modo integral, o atendimento dispensando às comunidades com deficiência auditiva", justifica.

Foto: Internet



De acordo com o projeto, a comunicação em Libras deve ser assegurada por todas as instituições públicas e pelos seguintes estabelecimentos privados: lojas de departamento com mais de mil metros quadrados de área construída, supermercados com a mesma dimensão ou que tenham mais de dez caixas e lojas de material de construção acima de dois mil metros quadrados de área construída. Também devem se adequar os centros comerciais com mais de cem lojas, o aeroporto e a estação rodoviária da cidade, agências bancárias e restaurantes com mais de cem metros quadrados de área construída.

Para a vereadora, "a medida ameniza a discriminação sofrida pelos portadores de deficiência auditiva, já que passam a exercer diretamente seus direitos, obtendo, por si só, as informações e orientações que lhes sejam necessárias".

Foto: Valdemiro Lopes



Vereadora Aladilce Souza

Os órgãos públicos e as instituições comerciais terão o prazo de 90 dias para se adaptarem, a contar da data de publicação da lei, caso aprovada. O descumprimento dos dispositivos legais implicará em advertência ou multa de dez mil reais, triplicada na hipótese de reincidência.

Segundo Aladilce, estudos baseados no Censo de 2000, no Brasil, mostram que o número de pessoas com deficiência chega a 14,5% da população. "Desses, 16,7% seriam deficientes auditivos nos mais diversos graus, de acordo com o relatório sobre a prevalência de deficiências e incapacidades da Associação Fluminense de Reabilitação", reforça.

Prêmio Dra. Edialeda Salgado

Evento comemora Dia Municipal da Mulher Negra

Em parceria com a Secretaria Municipal de Reparação (Semur), a vereadora Marta Rodrigues (PT), homenageará, na quinta-feira, 28 de julho, às 8h30, no Plenário da Câmara, as mulheres negras da cidade de Salvador. A cerimônia faz parte das comemorações pelo Dia Municipal da Mulher Negra, 25 de julho, instituído pelo prefeito João Henrique através da Lei 7.440/2008.

O evento, denominado Prêmio Dra. Edialeda Salgado, uma homenagem à primeira mulher negra a ocupar uma secretaria de estado no Brasil e que sempre lutou em prol dos direitos das mulheres negras, tem como objetivo estimular a autoestima através da valorização da estética negra e dar visibilidade as conquistas profissionais das mulheres negras da capital baiana.

Foto: http://4.bp.blogspot.com



DOLM 25.07.11:Camara_Template 21/7/2011 18:16 Página 4

Olívia Santana elogia atuação de associação de moradores

Vereadora requer utilidade pública para entidade do Conjunto Santa Luzia

Com atuação no bairro do Uruguai e adjacências, a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia (AMCSL) poderá ganhar em breve a denominação de utilidade pública municipal e os respectivos incentivos legais do Município. A iniciativa é da vereadora Olívia Santana (PCdoB), autora do Projeto de Lei nº 88/11 que propõe o reconhecimento.

Sem vínculo político-partidário, a AMCSL não faz distinção entre seus integrantes, respeitando as diversidades religiosas, étnicas e de gênero. "Trata-se de uma entidade que desenvolve atividades de educação profissional especial, ambiental, artística, cultural e de saúde", justifica a vereadora Olívia Santana.

A AMCSL realiza também encontros, debates, seminários, cursos e atividades para crianças e adolescentes. "É uma entidade que contribui formando jovens, notadamente na compreensão da cidadania", destaca a autora da matéria.

A promoção da cidadania, o fortalecimento dos direitos humanos, a defesa da democracia, a prática de tudo que é ético e a cultura da paz são questões salientadas pela associação. "A AMCSL busca o bem-estar do ser humano", frisa a vereadora Olívia Santana.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereadora Olívia Santana

Giovanni Barreto propõe utilidade pública para IGH

Instituto de Gestão e Humanização desenvolve atividade na área de saúde



Vereador Giovanni Barreto

O vereador Giovanni Barreto (PT) está propondo, por meio do Projeto de Lei nº 69/11, que o Instituto de Gestão e Humanização (IGH) seja considerado de utilidade pública municipal.

Sediado no Edifício Antares Empresarial, na Rua Alceu Amoroso de Lima, no Caminho das Árvores, o IGH atua, desde abril de 2010, quando foi fundado, na prestação serviços médicos.

"É uma entidade sem fins lucrativos. Atua nos setores médico hospitalar, ambulatorial e sanitário, desenvolvendo as atividades curativas e preventivas de saúde, além de desenvolver aprimoramento tecnológico das ações de saúde", justifica o vereador Giovanni.

Ele ressalta "a solidariedade entre os associados, estimulando e apoiando as manifestações e iniciativas em favor da comunidade, e a promoção do desenvolvimento comunitário e o incentivo ao esporte e à cultura".

Segundo o vereador Giovanni, o IGH também atua na promoção e realização de projetos ou eventos sociais, educativos e acadêmicos, sempre ligados à área de saúde.

Edson da União destaca associação recreativa

ABRJMP atende comunidades carentes de Salvador

Promover educação, cultura, lazer e saúde à população de baixa renda de Salvador é a missão da Associação Beneficente e Recreativa José Mariz Pinto (ABRJMP), que poderá ser considerada de utilidade pública municipal. Para isso, o vereador Edson da União (PMN) pretende ver aprovado o Projeto de Lei nº 17/2010, de sua autoria, apresentado na Câmara Municipal.

Regida pelos estatutos e instruções do Conselho Diretor da associação, a ABRJMP atua no sentido de zelar pela saúde, bem-estar e atendimento das necessidades de comunidades carentes.

"Também tem como finalidade colaborar com os poderes públicos para promover de forma eficiente, em todo o município, o amparo à infância e ao idoso, como preceitua a Constituição Federal e a legislação posterior", complementa Edson da União.



Vereador Edson da União

É extenso o rol de atividades da associação, que ainda organiza mutirões, atua em creches e cria entidades representativas de classe. "A entidade possui grande relevância social e educacional para a comunidade soteropolitana", conclui o vereador.

A ABRJMP é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 29 de março de 1961. Funciona na Rua José Mariz Pinto, em Baixa de Quintas.

DOLM 25.07.11:Camara_Template 21/7/2011 18:16 Página 5

CÂMARA MUNICIPAL

28ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
16ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 25 DE JULHO DE 2011 - 14h30min.

1 - EXPEDIENTE

1.1. Leitura, Discussão, votação Ata (2º secretário)
1.2. Leitura Expediente (1º secretário)

1.3. TRIBUNA POPULAR 20'

1. Sindicato dos Servidores da Prefeitura de Salvador – Sr. Everaldo Alves de Oliveira Braga – Representante – assunto inerente.

2. Comunidade São Roque de Pernambués – Sr. Manoel Messias M. Silva – Presidente – assunto inerente.

1.4. Inscrição **Pinga-Fogo** (5 minutos)

1 -
2 -
3 -
4 -
5 -

Representações partidárias

Ordem	Partido	Tempo em minutos
1	L/O	05'
2	L/G	05'
3	PSC	10′
4	DEM	10′
5	PT	15′
6	PP	10′
7	PTdoB	05′
8	PCdoB	10′
9	PRB	10′
10	PTB	05
11	PR	10′
12	PMDB	10'

29ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
16ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 26 DE JULHO DE 2011 - 14h30min.

1 - EXPEDIENTE

1.1. Leitura, Discussão, votação Ata (2º secretário)
1.2. Leitura Expediente (1º secretário)

1.3. Inscrição **Pinga-Fogo** (5 minutos)

1 -
2 -
3 -
4 -
5 -

Representações partidárias (tempo)

Ordem	Partido	Tempo em minutos
1	L/G	05'
2	L/O	05'
3	PTN	10′
4	PMDB	10′
5	PSDB	10′
6	PRP	05′
7	PPS	05′
8	PTC	05′
9	PMN	10′
10	PT	10′
11	PSL	10′
12	PDT	10′

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

PROCESSOS DEFERIDOS

PROCESSO CMS Nº : 1538/2011
INTERESSADO : Carlos A. Batista Neves

PROCESSO CMS Nº : 1284/2011
INTERESSADO : Luiz Antonio Gonçalves de oliveira

PROCESSO CMS Nº : 1507/2011
INTERESSADO : Setor de Pessoal

PROCESSO CMS Nº : 1509/2011
INTERESSADO : Setor de Pessoal

PROCESSO CMS Nº : 1506/2011
INTERESSADO : Setor de Pessoal

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO	CMS nº 21/2011
PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº 782/2011
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR - CMS
CONTRATADO (A)	DÍNAMO VIGILÂNCIA LTDA
OBJETO	Prestação de serviço continuado de vigilância armada e desarmada, segurança patrimonial e segurança eletrônica, incluído CFTV, nos edifícios onde funcionam as unidades administrativas da CMS.
PRAZO	06(seis) meses, contados a partir da data da assinatura.
BASE LEGAL	Pregão Presencial nº 12/2011
VALOR MENSAL	R$ 264.127,90(Duzentos e sessenta e quatro mil cento e vinte e sete reais e noventa centavos). As despesas com o presente aditivo correrão à conta de recursos consignados à CMS pelo Banco Santander (Brasil) S.A.
DATA ASSINATURA	14/07/2011
ASSINAM	Pedro Godinho – CMS Max Benzaquen Costa – Contratado (a)
TESTEMUNHAS	Joel Gonçalves Marlene Sá

RESUMO DE ADITIVO

SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº. 032/2006

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 1047/2006
LOCATÁRIA	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
LOCADOR (A)	EDNA FREITAS DE ABREU
OBJETO	Prorrogação do prazo de vigência do contrato de locação das salas de nº. 701 e 702, localizadas no Edf. Sul América.
PRAZO	03 (três) meses, contados a partir de 19/07/2011.
BASE LEGAL	Parecer da Procuradoria Jurídica nº 218/2011
VALOR MENSAL	R$ 659,32 (Seiscentos e cinqüenta e nove reais e trinta e dois centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.038.2001 – 3.3.90.36.000
DATA DE ASSINATURA	18/07/2011
ASSINAM	Pedro Godinho – CMS Edna Freitas de Abreu – Locador (a)
TESTEMUNHAS	Joel Gonçalves Marlene Sá

DOLM 25.07.11:Camara_Template 21/7/2011 18:17 Página 6

Parceria com o Café Aconchego

Marta Rodrigues sugere implantação do programa de Redução de Danos da Ufba

Por meio da Indicação 93/11, apresentada na Câmara Municipal de Salvador, a vereadora Marta Rodrigues (PT) sugere a parceria do governo estadual e da Prefeitura de Salvador com o Projeto Café Aconchego, mantido pela Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti, do Serviço de Extensão Permanente da Faculdade de Medicina da Ufba. A proposta, encaminhada à presidente Dilma Rousseff e ao Ministério da Saúde, argumenta que "a Redução de Danos (RD) é uma estratégia da Saúde pública que visa a reduzir os riscos e os danos à saúde de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas (SPA), sobretudo aquelas que não querem ou não conseguem parar de usar drogas".

Marta Rodrigues explica que entre as atividades de RD está o trabalho do agente comunitário de Saúde, também conhecido como redutor de danos, cujas ações incluem a Educação em Saúde (entrega de insumos, material educativo e informações sobre cuidados com a Saúde) e o encaminhamento das pessoas atendidas aos serviços de Saúde e de suporte social. "Entre as pessoas que usam drogas atendidas pelos serviços de RD estão os profissionais do sexo e as pessoas vivendo em situação de rua", observa, frisando que boa parte das atividades de Redução de Danos é realizada nas ruas e entre populações desconhecidas, tornando-se imprescindível que os agentes estabeleçam um bom vínculo com os usuários atendidos.

Foto: http://fjblogger.com



Centros de acolhimento

Os técnicos da Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti realizam, há 15 anos, trabalho de campo junto às pessoas que usam drogas. Eles constatam que as pessoas em situação de rua são de mais difícil acesso e mais resistentes ao contato inicial e ao estabelecimento de vínculos. "Em nosso meio, essas pessoas são desassistidas de qualquer rede social, geralmente com vínculo familiar fragilizado ou ausente, vivendo em condições insalubres, desnutridas, expostas às doenças e à margem da sociedade e do Estado. Muitas vezes, o estabelecimento de vínculo adequado é dificultado pela falta de privacidade para relatos de fatos", justifica a vereadora.

Além disso, enfatiza, essas pessoas enfrentam uma série de dificuldades para realizar atividades básicas, a exemplo de higiene pessoal e necessidades fisiológicas. Por isso, a Aliança de Redução de Danos tem elaborada como política pública de RD a criação de centros de acolhimento, como o Projeto Café Aconchego, que devem funcionar à base da oferta de serviços simples como lanche, facilitação de autocuidados, escuta e encaminhamentos das pessoas atendidas para serviços e instituições públicas que atendam às necessidades relacionadas aos riscos e dados decorrentes do uso e abuso de drogas e outros agravos da Saúde.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereadora Marta Rodrigues

Projetos que combatem saidinhas bancárias são sancionados

Lei obriga agências a instalar câmeras e divisórias

Os projetos do vereador Alberto Braga (PSC) que visam combater os crimes conhecidos como "saidinhas bancárias", aprovados pela Câmara Municipal de Salvador no mês de maio, já foram sancionados pelo prefeito João Henrique e passam a ser leis.

A primeira proposta, que propõe a instalação de divisórias opacas entre os clientes que estão em atendimento nos caixas e os outros que aguardam nas filas, foi publicado na edição do dia 11 de julho do Diário Oficial do Município. De acordo com o vereador, o objetivo é evitar que criminosos tenham acesso à movimentação financeira das pessoas.

O outro projeto, de Nº 8.042/11, foi publicado nesta quarta-feira (20) e obriga as agências bancárias a instalarem câmeras de segurança tanto na parte externa quanto na parte interna dos estabelecimentos a fim de monitorar a ação de assaltantes. "O trabalho não pode parar, vamos continuar em busca de ações que ajudem a melhorar a nossa cidade", declarou Alberto Braga.



Vereador Alberto Braga